PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI № 131/2025 MENSAGEM DE LEI № 750/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "INSTITUI O SERVIÇO VOLUNTÁRIO EDUCACIONAL PARA ATUAR COM OFICINAS NA CRECHE DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL- ETI, PERTENCENTES AO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE BURITIS/RO."

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o presente Projeto justifica-se em razão da adesão do município de Buritis ao programa escolar em tempo integral, instituído pela Lei federal n°14.640, de 31 de julho de 2023, que tem por finalidade fomentar a ampliação da jornada escolar e a criação e matrículas em tempo integral, inclusive nas creches públicas.

II - ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Constituição e justiça** não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 131/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e justiça, em Reunião realizada no dia 09 de julho 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 131/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Juliana Cibelly dos Santos

Vereadora Presidente

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

Vereador Relator

Dhionatas de Tassos Pagner

Vereador Membro



PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO PROJETO DE LEI № 131/2025 MENSAGEM DE LEI № 750/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "INSTITUI O SERVIÇO VOLUNTÁRIO EDUCACIONAL PARA ATUAR COM OFICINAS NA CRECHE DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL- ETI, PERTENCENTES AO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE BURITIS/RO".

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o presente projeto que justifica-se em razão da adesão do Município de Buritis. Ao programa escolar em tempo integral, instituído pela Lei Federal n°14.640, de 31 de Julho de 2023, que tem por finalidade fomentar a ampliação da jornada escolar e a criação de matriculas em tempo integral, inclusive nas creches públicas

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças**, **Orçamento e Fiscalização**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 131/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Reunião realizada no dia 13 de Agosto de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 131/2025.

Estiveram presentes os\Senhores Vereadores,

Gilberto Aparício
Vereador Presidente

Renato Leitão dos Santos Vereador Relator

Vereador Membro

PARECER COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL PROJETO DE LEI № 131/2025 MENSAGEM DE LEI № 750/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Institui o Serviço Voluntário Educacional para atuar com oficinas na Creche da Educação em Tempo Integral — ETI, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Buritis."

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o presente Projeto que justifica-se em razão da adesão do Município de Buritis. Ao programa escolar em tempo integral, instituído pela Lei Federal n° 14.640, de 31 de Julho de 2023, que tem por finalidade fomentar a ampliação da jornada escolar e a criação de matriculas em tempo integral, inclusive nas creches públicas.

II - ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social,** não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 131/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, em Reunião realizada no dia 19 de Agosto 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 131/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

Vereador Presidente

Juliana Cibelly dos Santos

Vereadora Relatora

Ueder Rodrigues Ferreira

Vereador Membro